



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



AUTÓGRAFO DE LEI N° 4463

PROJETO DE LEI N° 19/2014

“Institui o Programa Remédio em Casa e dá outras providências”.....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa Remédio em Casa, com o objetivo de encaminhar diretamente à residência das pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, portadores de diagnósticos de diabetes Mellitus (DM), hipertensão arterial, cardiopatia, assim como pessoas acamadas ou com mobilidade reduzida, usuárias do SUS – Sistema Único de Saúde, os remédios de uso contínuo que lhes forem prescritos em tratamento regular.

Art. 2º Além da comprovação das situações pessoais estabelecidas no artigo 1º, os interessados em obter os benefícios do Programa Remédio em Casa deverão:

I – ter Cartão Cidadão;

II – ser residente no município de Pirassununga-SP;

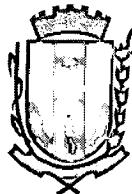
III – ter prontuário e ser acompanhado na Unidade de Cadastramento;

IV – estar controlado e estável na sua doença.

Art. 3º O envio dos medicamentos se dará através de veículo próprio da Secretaria Municipal de Saúde, aos pacientes inseridos no Programa pelo médico, sem nenhum custo.

§ 1º Cada paciente receberá medicação para 15 (quinze) dias; após decorrido este prazo receberá o remédio em sua residência em quantidade suficiente para o período de 90 (noventa) dias.

§ 2º Após decorrido 6 (seis) meses será realizada nova avaliação pelo médico da Rede Municipal de Saúde e desde que o paciente esteja estável, será solicitada medicação para mais 3 (três) meses.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

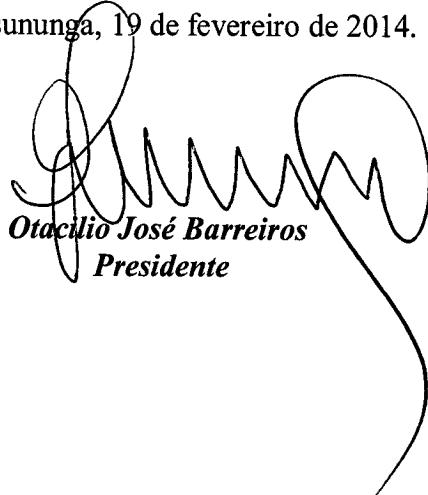


Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria Municipal de Saúde, expedir Decreto com as instruções e critérios necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus Incisos e Parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 19 de fevereiro de 2014.



Otacilio José Barreiros
Presidente

Cmp/asdba.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- PROJETO DE LEI N° 19/2014 -

"Institui o Programa Remédio em Casa e dá outras providências".....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa Remédio em Casa, com o objetivo de encaminhar diretamente à residência das pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, portadores de diagnósticos de diabetes Mellitus (DM), hipertensão arterial, cardiopatia, assim como pessoas acamadas ou com mobilidade reduzida, usuárias do SUS – Sistema Único de Saúde, os remédios de uso contínuo que lhes forem prescritos em tratamento regular.

Art. 2º Além da comprovação das situações pessoais estabelecidas no artigo 1º, os interessados em obter os benefícios do Programa Remédio em Casa deverão:

- I – ter Cartão Cidadão;
- II – ser residente no município de Pirassununga-SP;
- III – ter prontuário e ser acompanhado na Unidade de Cadastramento;
- IV – estar controlado e estável na sua doença.

Art. 3º O envio dos medicamentos se dará através de veículo próprio da Secretaria Municipal de Saúde, aos pacientes inseridos no Programa pelo médico, sem nenhum custo.

§ 1º Cada paciente receberá medicação para 15 (quinze) dias; após decorrido este prazo receberá o remédio em sua residência em quantidade suficiente para o período de 90 (noventa) dias.

§ 2º Após decorrido 6 (seis) meses será realizada nova avaliação pelo médico da Rede Municipal de Saúde e desde que o paciente esteja estável, será solicitada medicação para mais 3 (três) meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria Municipal de Saúde, expedir Decreto com as instruções e critérios necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus Incisos e Parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 17 de fevereiro de 2014.


- CRISTINA APARECIDA BÁTISTA -
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



“J U S T I F I C A T I V A ”

Excelentíssimo Presidente:

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

O projeto de lei que ora encaminhamos para apreciação desse Egrégio Legislativo, **visa instituir o Programa Remédio em Casa e dá outras providências.**

Tendo em vista que a saúde é um direito de todo cidadão e dever do Estado, previsto na constituição brasileira, o acesso a serviços e produtos públicos de saúde é ponto fundamental para o reconhecimento desse direito.

O Programa Remédio em Casa é um dos mecanismos de saúde e consiste na entrega domiciliar de medicamentos padronizados e disponíveis na rede pública de saúde do município a pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, portadores de diagnósticos de diabetes Mellitus (DM), hipertensão arterial, cardiopatia, assim como pessoas acamadas ou com mobilidade reduzida, previamente cadastradas junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Busca não só assegurar o acesso a tais medicamentos que tanto necessitam, vez que muitos não têm como se deslocar para as unidades de saúde, mas também contribuir para um melhor acompanhamento do estado de saúde desses pacientes.

Por todo o exposto e o incontestável interesse público e social que reveste a matéria, desde já contamos com o beneplácito dos nobres Edis, encarecendo que a matéria tramite em regime de urgência previsto no Artigo 36 da Lei Orgânica do Município.

Pirassununga, 17 de fevereiro de 2014.


- CRISTINA APARECIDA BATISTA -
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

As Comissões Permanentes em Plenário

Pirassununga

17/02/14
Otacílio José Barreiros
Presidente

Pirassununga, 17 de fevereiro de 2014.

Ofício nº 27/2014

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação dos nobres Edis que constituem esse Egrégio Legislativo, Projeto de Lei que visa instituir o **Programa Remédio em Casa e dá outras providências**, encarecendo para a matéria tramitação em regime de urgência de que trata o Artigo 36 da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,

- CRISTINA APARECIDA BATISTA -
Prefeita Municipal

Excelentíssimo Vereador
OTACÍLIO JOSÉ BARREIROS
Câmara Municipal de Pirassununga
Nesta.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



APROVADO

Providencie-se a respeito

Sala das Sessões, 18 de 02 de 2014

REQUERIMENTO

Nº 24/2014

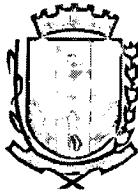
PRESIDENTE

REQUEIRO à Mesa, pelos meios regimentais, seja incluído na
Ordem do Dia dos trabalhos da presente sessão, para ser apreciado sob **regime de
urgência**, o **Projeto de Lei nº 19/2014**, de autoria da Prefeita Municipal, que *visa instituir
o Programa Remédio em Casa e dá outras providências*.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.

Dr. José Carlos Mantovani
Vereador

Cmp/asdba.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



PARECER Nº

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 19/2014*, de autoria da Prefeita Municipal, que *visa instituir o Programa Remédio em Casa e dá outras providências*, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

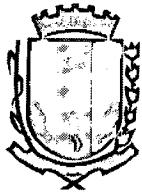
Sala das Comissões, 18 FEV 2014

Alcimar Siqueira Montalvão
Presidente

Luciana Batista
Relatora

João Batista de Souza Pereira
Membro

Cmp/asdba.



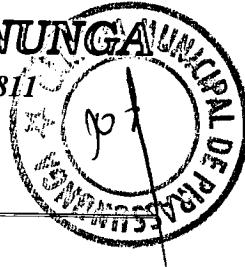
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



PARECER N°

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 19/2014*, de autoria da Prefeita Municipal, que *visa instituir o Programa Remédio em Casa e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro.

Sala das Comissões, 18 FEV 2014

João Gilberto dos Santos - "Gilberto Santa Fé"
Presidente

Dr. José Carlos Mantovani
Relator

Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho
Membro

Cmp/asdfa.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



PARECER N°

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 19/2014*, de autoria da Prefeita Municipal, que *visa instituir o Programa Remédio em Casa e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto assistencial.

Sala das Comissões 18 FEV 2014

Alcimar Siqueira Montalvão
Presidente

Jeferson Ricardo do Couto
Relator

Dr. Milton Douglas Tadeu Urban
Membro

Cmp/asdba.



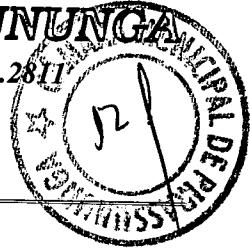
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

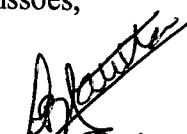


PARECER N°

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 19/2014*, de autoria da Prefeita Municipal, que *visa instituir o Programa Remédio em Casa e dá outras providências*, nada tem a objetar quanto seu aspecto humanístico.

Sala das Comissões,


Luciana Batista
Presidente


João Gilberto dos Santos - "Gilberto Santa Fé"
Relator


Jeferson Ricardo do Couto
Membro

Cmp/asdba.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- LEI Nº 4.546, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 -

“Institui o Programa Remédio em Casa e dá outras providências”.....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa Remédio em Casa, com o objetivo de encaminhar diretamente à residência das pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, portadores de diagnósticos de diabetes Mellitus (DM), hipertensão arterial, cardiopatia, assim como pessoas acamadas ou com mobilidade reduzida, usuárias do SUS – Sistema Único de Saúde, os remédios de uso contínuo que lhes forem prescritos em tratamento regular.

Art. 2º Além da comprovação das situações pessoais estabelecidas no artigo 1º, os interessados em obter os benefícios do Programa Remédio em Casa deverão:

- I – ter Cartão Cidadão;
- II – ser residente no município de Pirassununga-SP;
- III – ter prontuário e ser acompanhado na Unidade de Cadastramento;
- IV – estar controlado e estável na sua doença.

Art. 3º O envio dos medicamentos se dará através de veículo próprio da Secretaria Municipal de Saúde, aos pacientes inseridos no Programa pelo médico, sem nenhum custo.

§ 1º Cada paciente receberá medicação para 15 (quinze) dias; após decorrido este prazo receberá o remédio em sua residência em quantidade suficiente para o período de 90 (noventa) dias.

§ 2º Após decorrido 6 (seis) meses será realizada nova avaliação pelo médico da Rede Municipal de Saúde e desde que o paciente esteja estável, será solicitada medicação para mais 3 (três) meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria Municipal de Saúde, expedir Decreto com as instruções e critérios necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus Incisos e Parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 20 de fevereiro de 2014.

- CRISTINA APARECIDA BÁTISTA -
Prefeita Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra.

DANIEL GASPAR.
Secretário Municipal de Administração.
dag/.



participação da Coordenação Geral.

§ 1º O Conselho elegerá um de seus membros para exercer a sua Presidência, atribuindo aos demais as funções necessárias ao bom desempenho de suas finalidades.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho será de 1 (um) ano, permitidas reconduções.

§ 3º As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo consideradas serviço público relevante.

§ 4º Os casos de impedimentos e substituições dos Conselheiros, bem como os motivos relevantes que possam determinar tais providências, a serem apreciados em reunião ampla, serão disciplinados pelo Regimento Interno do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Art. 8º À Coordenação Geral competirá:

I - elaborar e definir a programação geral do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;

II - incentivar e garantir a integração de todas as equipes na definição das diretrizes políticas e da programação geral do Conselho;

III - propor a estrutura administrativa do Conselho;

IV - articular os programas de implantação de Projetos com os Programas das diversas Secretarias, Autarquias e Empresas Municipais;

V - propor, incentivar, assessorar e acompanhar iniciativas que concernem às questões das pessoas com deficiência;

VI - elaborar o Regimento Interno do Conselho;

VII - convocar os Encontros Pirassununguenses de Pessoas com Deficiência, anuais e extraordinários, e as Reuniões Plenárias Mensais do Conselho, definindo as pautas concernentes a tais eventos, na forma de seu Regimento Interno.

§ 1º A convocação de Encontros e Reuniões Plenárias Mensais será publicada no Site Oficial do Município, na forma de Edital de Convocação, podendo ser divulgada em jornais, emissoras de rádio e televisão.

§ 2º Os Encontros de Pessoas com Deficiência e as Reuniões Plenárias Mensais serão abertas à participação de todas as pessoas interessadas, especialmente aquelas que fazem parte da Comissão Pirassununguense de Amigos da Pessoa com Deficiência, nos seguintes termos:

a) direito a voz e voto: todas as pessoas com deficiência e representantes legais de deficientes intelectuais e deficientes múltiplos, residentes no Município de Pirassununga e membros da Comissão PAPD devidamente cadastradas no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;

b) direito a voz: todos os demais interessados.

Art. 9º A Comissão Pirassununguense de Amigos da Pessoa com Deficiência PAPD competirá:

I - fornecer subsídios às políticas de implantação de projetos e demais políticas de ação de que trata esta lei, na respectiva área;

II - participar da programação geral do Conselho;

III - elaborar estudos, diagnósticos e subsidiar o órgão oficial de divulgação do Conselho, conforme definido pelo seu Regimento Interno.

Parágrafo único. A atuação da Comissão Pirassununguense de Amigos da Pessoa com Deficiência, compreenderá as seguintes áreas: transportes; saúde; educação; barreiras arquitetônicas; esportes; barreiras da comunicação; outras que forem estabelecidas

Art. 10. A atuação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência terá como base as decisões de Encontros de Pessoas com Deficiência, não se sobrepondo a elas.

§ 1º As questões supervenientes serão decididas em Reunião Plenária Mensal, convocada pelo Conselho.

§ 2º Não havendo tempo hábil para a convocação da reunião, nos termos do parágrafo primeiro, o Conselho poderá tomar decisões, submetendo-se à deliberação de uma reunião ampla, que deverá ser convocada no prazo de 7 (sete) dias.

§ 3º Se o Conselho não convocar a reunião no prazo previsto no parágrafo anterior, as Entidades de Pessoas com Deficiência ou ainda, a Comissão de Amigos da Pessoa com Deficiência, poderão fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, decorridos os quais a convocação poderá ser promovida por qualquer pessoa com deficiência, de acordo com o Regimento Interno do Conselho.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Governo propiciará ao Conselho as condições necessárias ao seu funcionamento, incluindo-se a realização de convênios e a contratação de serviços para acompanhamento de deficientes, quando necessário.

Art. 12. O Conselho poderá manter contato direto com as diversas Secretarias, Autarquias e Empresas Municipais, objetivando o efetivo encaminhamento de suas propostas.

Art. 13. Das deliberações do Conselho, em suas várias instâncias, serão lavradas atas a serem registradas em livro próprio, na Secretaria Municipal de Promoção Social.

Art. 14. O Conselho elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado ou alterado em Encontros de Pessoas com Deficiência, convocados nos termos do artigo 11 desta Lei.

Art. 15. Ao Conselho é vedado servir de intermediário no repasse de recursos financeiros de qualquer procedência.

Art. 16. Fica instituído o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de dar suporte a programas de apoio ao deficiente visando a sua integração plena à comunidade.

Art. 17. Constituem recursos do Fundo:

I - dotação consignada ao Fundo, no orçamento do município, destinada à assistência social voltada à pessoa com deficiência;

II - transferências de recursos Federais, Estaduais e Municipais, especialmente consignados ao Fundo;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a

ser destinados;

IV - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicação de capitais;

V - dedução do imposto de renda devido de pessoa física e jurídica, de acordo com as normas estabelecidas pela legislação.

Art. 18. O Gestor do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência será o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o concurso e a participação de entidades afins legalmente constituídas no âmbito do Município de Pirassununga, competindo-lhe ainda:

I - a definição de diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do Fundo, em conjunto com a Comissão de Amigos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Municipal de Promoção Social;

II - o estabelecimento de critérios de análise de projetos e sistemas de controle e avaliação dos resultados das aplicações realizadas à conta dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência;

III - a elaboração do orçamento anual de custeio e de investimentos com base nas projeções de arrecadação de recursos do Fundo;

IV - divulgar no site da Prefeitura Municipal de Pirassununga balanços e prestações de contas de forma a dar conhecimento à população acerca das decisões tomadas pelo Conselho quanto à destinação dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência.

Art. 19. O Poder Executivo Municipal aprovará, por Decreto, a regulamentação desta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de início de sua vigência.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 20 de fevereiro de 2014.

Cristina Aparecida Batista

Prefeita Municipal

Daniel Gaspar

Secretário Municipal de Administração.

--*-*

LEI Nº 4.546, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014

"Institui o Programa Remédio em Casa e dá outras providências".....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCTIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa Remédio em Casa, com o objetivo de encaminhar diretamente à residência das pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, portadores de diagnósticos de diabetes Mellitus (DM), hipertensão arterial, cardiopatia, assim como pessoas acamadas ou com mobilidade reduzida, usuárias do SUS – Sistema Único de Saúde, os remédios de uso contínuo que lhes forem prescritos em tratamento regular.

Art. 2º Além da comprovação das situações pessoais estabelecidas no artigo 1º, os interessados em obter os benefícios do Programa Remédio em Casa deverão:

I – ter Cartão Cidadão;

II – ser residente no município de Pirassununga-SP;

III – ter prontuário e ser acompanhado na Unidade de Cadastramento;

IV – estar controlado e estável na sua doença.

Art. 3º O envio dos medicamentos se dará através de veículo próprio da Secretaria Municipal de Saúde, aos pacientes inseridos no Programa pelo médico, sem nenhum custo.

§ 1º Cada paciente receberá medicação para 15 (quinze) dias; após decorrido este prazo receberá o remédio em sua residência em quantidade suficiente para o período de 90 (noventa) dias.

§ 2º Após decorrido 6 (seis) meses será realizada nova avaliação pelo médico da Rede Municipal de Saúde e desde que o paciente esteja estável, será solicitada medicação para mais 3 (três) meses.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria Municipal de Saúde, expedir Decreto com as instruções e critérios necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus Incisos e Parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 20 de fevereiro de 2014.

Cristina Aparecida Batista

Prefeita Municipal

Daniel Gaspar

Secretário Municipal de Administração.

--*-*